



Plano de 10 pontos para a política climática brasileira: eleições 2026



Candidaturas, candidatas, candidatos e eleitores,

Vivemos um momento crítico no Brasil: são crescentes os impactos da mudança do clima e nossa população os reconhece na conta de luz mais alta, na inflação dos alimentos e na perda de dias de trabalho. Um em cada quatro brasileiros das classes A, B e C afirma que já precisou sair de casa em decorrência de um evento extremo⁽¹⁾. O próximo mandato começará sob um El Niño forte, e isso data o risco: não é agenda para 2035, é pergunta para o primeiro verão de quem ganhar.

Por outro lado, os 15 anos de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e os avanços recentes no arcabouço nacional e internacional nos dão, de forma inédita, instrumentos que podem transformar o desafio em oportunidade e tornar nossa sociedade mais preparada para viver em um planeta mais quente e de clima mais instável.

A eleição presidencial de 2026 não deve, portanto, ser uma escolha entre começar de novo, desregular o que existe ou simplesmente manter o que existe. Qualquer projeto de governo terá de responder ao que funcionou, ao que não funcionou e ao que ainda falta fazer. Políticas que produziram resultado precisam durar, crescer ou acelerar; as que caminharam pouco ou mais devagar, seja por desenho, resistência política ou falta de coordenação ou de recursos, precisam ser corrigidas ou substituídas. E os problemas públicos ainda sem resposta exigirão novas soluções.

É a partir dessa régua, e não de preferências eleitorais, que o Instituto Talanoa elenca 10 pontos estratégicos para as campanhas e o debate eleitoral. Eles partem de uma constatação: o desafio atual não é mais definir metas, mas criar as condições políticas, econômicas e institucionais para cumpri-las, protegendo sobretudo quem está mais exposto aos impactos climáticos. Por isso, as propostas têm como fio condutor a implementação efetiva do Plano Clima, a adaptação, a resiliência e a redução das desigualdades como prioridades da ação pública, uma governança climática estruturada, participativa e transparente, e a transição para longe dos combustíveis fósseis.

(1) TALANOIA/IPSOS. 'Adaptação Climática' na opinião pública, 2025. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2026/03/16/a-percepcao-sobre-adaptacao-climatica-no-brasil/>.



PLANO DE 10 PONTOS PARA A POLÍTICA CLIMÁTICA BRASILEIRA: ELEIÇÕES 2026

1 Resposta aos eventos extremos e adaptação na primeira ordem

O Brasil acabou de registrar seus dois anos mais quentes, 2024 e 2023, e o próximo recorde provavelmente chegará este ano. O candidato a presidente da República deve se comprometer com um protocolo nacional de prevenção e resposta pactuado com estados, municípios e Defesa Civil, dizendo quem comanda, quem paga e em quanto tempo, como uma de suas primeiras medidas. Junto, deve vir um sistema único de alerta, integrado à saúde, que chegue ao celular de quem está em área sob risco de extremos, alimentado por dados hoje espalhados por órgãos distintos. A resposta chega pela escola e pelo posto de saúde, porque são as duas redes que existem em todo país e as primeiras a falhar no mesmo dia.

2 Conta de luz mais barata, com menos subsídios

A crise climática exige um redesenho do setor elétrico. Para garantir a segurança energética da população brasileira, será inegociável fortalecer a resiliência da infraestrutura elétrica frente a secas, ondas de calor, tempestades, enchentes e incêndios florestais, aliado ao aprimoramento dos sistemas de monitoramento e resposta a emergências. Além da constante expansão de fontes renováveis, será preciso investir na modernização e expansão da rede, no armazenamento de energia e em ferramentas de flexibilidade para integrar a geração renovável de forma eficiente, reduzindo o desperdício. Efetivar mecanismos regulatórios e financeiros que distribuam os benefícios da transição de forma equitativa, com redução dos custos do sistema e das tarifas.

3 Eletrificação do Brasil

A eletricidade brasileira hoje é quase 90% limpa, mas o problema é que ela move pouca coisa. Hoje só 1% dos ônibus urbanos do país é elétrico, e eletrificar os sistemas das grandes cidades corta até 70% das emissões deles e limpa o ar que a cidade inteira respira. As famílias continuam queimando gás no fogão, gasolina no carro, diesel no ônibus e pagando o preço de um combustível caro, apesar dos subsídios federais. Ao mesmo tempo, o Nordeste desliga usinas eólicas e solares por falta de linha de transmissão e de gente para consumir. O elétron que se perde por curtailment (desperdício de energia limpa não aproveitada) deveria estar movendo o ônibus, o chuveiro e o forno. O candidato deve se comprometer com a eletrificação de milhões de máquinas em quatro anos e, com isso, dispensar um montante significativo de subsídios aos combustíveis fósseis.



PLANO DE 10 PONTOS PARA A POLÍTICA CLIMÁTICA BRASILEIRA: ELEIÇÕES 2026

4 Minerais críticos processados aqui

O Brasil exporta rocha e importa bateria. Refino e processamento em território nacional, tal qual a Indonésia, química verde e a cadeia da transição energética montada onde o minério é extraído. A regra de consulta a povos indígenas e comunidades atingidas vale desde o pedido de licença. Sobretudo, o Brasil precisa ser o Brasil nesta agenda, colocando salvaguardas socioambientais muito claras, em linha com nossa Constituição, e deixando claro quais áreas estarão livres da mineração.

5 Emprego e industrialização verdes

O Brasil já emprega cerca de 1,4 milhão de pessoas no setor de energias renováveis⁽²⁾ e a restauração dos 12 milhões de hectares de vegetação nativa previstos nos compromissos nacionais tem potencial para gerar até 2,5 milhões de empregos⁽³⁾. Falta transformar potencial em contrato assinado: qualificação profissional onde a obra vai acontecer, programa nacional de atração de investimento, e a decisão de puxar para o Brasil a fábrica de fertilizante de baixo carbono em vez de importá-lo. O candidato deve apostar na industrialização verde como motor de crescimento da economia e de geração de empregos de qualidade.

6 Novo modelo de soberania via transição para longe dos combustíveis fósseis: sair do importado e repensar a Petrobras

O Brasil exporta petróleo e compra de fora o que queima. Um quarto a um terço do diesel consumido é importado e mais de 85% do fertilizante da lavoura vem de fora. Quando a Guerra do Irã começou em fevereiro, o diesel S10 subiu 23% em três semanas. Ampliar a produção de petróleo não corrige nada disso: prende capital por 30 anos num ativo exposto ao mesmo preço internacional e adia a substituição que de fato reduz a conta. Para tanto, o governante deve se comprometer com uma visão de transição energética imediata e acelerada no planejamento de país. Para tanto, deve sinalizar a nomeação de uma presidência da Petrobras implicada em transformar o modelo de negócio da empresa à real transição energética justa e com indicadores claros de evolução nos próximos 4 anos, representando um compromisso público com a população brasileira e seus investidores.

(2) Brancalion, P. H. S. et al. Jobs and incomes generated by ecosystem restoration in Brazil. *People and Nature*, v. 4, n. 6, 2022. <https://besjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pan3.10315>.

(3) International Renewable Energy Agency (IRENA). *Renewable Energy and Jobs: Annual Review 2023*. Abu Dhabi: IRENA, 2023. <https://www.irena.org/Publications/2023/Sep/Renewable-energy-and-jobs-Annual-review-2023>.



PLANO DE 10 PONTOS PARA A POLÍTICA CLIMÁTICA BRASILEIRA: ELEIÇÕES 2026

7 Dinheiro para o clima com impacto à altura da crise

O Fundo Clima, principal fundo climático do Brasil, precisa se consolidar como exemplo de instrumento para impulsionar o financiamento climático, sendo modelo para outros países. Para tanto, deve seguir recebendo aportes crescentes e estabelecer estratégia que priorize o aumento de eficácia climática do portfólio, com adicionalidade financeira e climática, além de expansão do financiamento para projetos de adaptação. A arrecadação com o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) pode igualmente fornecer recursos para a adaptação.

8 Desmatamento zero

O próximo governo deve assegurar a continuidade e o aprimoramento das políticas públicas que demonstraram efetividade na redução do desmatamento na Amazônia e nos demais biomas. Entre as ações que devem continuar avançando, estão a criação de novas unidades de conservação e a demarcação das terras indígenas, com o reconhecimento dos povos originários como guardiões da biodiversidade brasileira e também entre as comunidades mais impactadas pela mudança do clima. Além de fortalecer os mecanismos de comando e controle e a coordenação entre União, Estados e municípios, utilizando as melhores ciência e tecnologia disponíveis, é urgente revisar incentivos e subsídios que ainda estimulam atividades associadas ao desmatamento. Alcançar o desmatamento ilegal zero passa, inevitavelmente, por promover a bioeconomia e estimular a restauração dos ecossistemas. Uma estratégia de desmatamento zero na Amazônia pode criar 833 mil novos postos de trabalho⁽⁴⁾ em atividades ligadas à bioeconomia e à restauração florestal. É preciso estruturar, finalmente, mecanismos financeiros que desincentivem também o desmatamento legal, além de garantir credibilidade e transparência ao processo de autorização de supressão de vegetação nativa.

9 Plano Safra à prova de seca e de chuvas

O Plano Safra moverá R\$ 525,1 bilhões só na agricultura empresarial em 2026/2027, e financia o mesmo risco que depois volta como subvenção ao seguro, Proagro acionado e renegociação de dívida.

(4) World Resources Institute (WRI). A New Economy for the Brazilian Amazon. Washington, DC: WRI, 2023. Disponível em: <https://www.wri.org/research/new-economy-brazil-amazon>. Acesso em: 9 jul. 2026.



PLANO DE 10 PONTOS PARA A POLÍTICA CLIMÁTICA BRASILEIRA: ELEIÇÕES 2026

É preciso dar bônus climático invertendo a ordem: recuperação de pastagem, plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e irrigação eficiente entram numa tabela pública de desconto, com assistência técnica embutida no contrato, porque ninguém adota o que não aprendeu a manejar. O mesmo apoio deve ser direcionado às linhas da agricultura familiar. O Atlas das Pastagens da Universidade Federal de Goiás (UFG) aponta cerca de 177 milhões de hectares de pastagem no país, 40% com sinais de degradação e 20% em degradação severa, e o programa federal criado em dezembro de 2023 prevê converter até 40 milhões de hectares em dez anos, com potencial de quase dobrar a área de produção de alimentos sem derrubar árvore.

10 Oceano e zonas costeiras como linha de proteção à mudança do clima

Tratar a zona costeira como infraestrutura de proteção e o oceano como área de regeneração, garantindo saneamento onde o esgoto entra no mar, restauração de mangue, dunas e restingas nos trechos que estão perdendo praia, e decidindo quem faz o quê no mar. É preciso garantir o ordenamento do espaço marinho para pesca artesanal e comercial, turbinas eólicas, proteção ambiental e outras atividades, enfrentando de forma coordenada tanto os desafios históricos e os atuais, como a poluição plástica e a adaptação ao aquecimento do oceano.

TALANOIA
políticas climáticas

A Talanoa é uma organização independente, plural e apartidária que tem como propósito melhorar o Brasil, impulsionando a velocidade da nossa transição para uma economia resiliente e carbono-zero. Com uma atuação focada em colaborar para o avanço das políticas públicas que possam responder à crise climática, buscamos criar o senso de urgência para a necessidade de mudanças, qualificar o debate sobre políticas públicas, construir propostas técnicas e engajar poder público, especialistas e demais atores para sua efetivação.

Contato: imprensa@institutotalanoa.org